



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA**

**PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.**

**Processo:** Contas Anuais de Governo – Exercício 2024

**Responsável:** Prefeito Municipal Gustavo de Melo Anicézio

**Origem:** TCE/MT – Parecer Prévio nº 69/2025 – PP

**Assunto:** Julgamento das Contas do Prefeito Municipal

## **I – Relatório**

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso encaminhou a esta Casa Legislativa o **Parecer Prévio nº 69/2025 – PP**, com **conclusão pela aprovação, com ressalvas**, das Contas Anuais de Governo do exercício financeiro de 2024.

Após leitura no Expediente e publicação, observou-se integralmente o rito procedimental previsto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Alto Araguaia, especialmente o disposto nos arts. 290 a 293.

Em regular tramitação, os autos foram distribuídos a esta Comissão para análise técnico-política e emissão do parecer final.

A fase instrutória encerrou-se sem elementos novos e sem indícios de irregularidade que exigissem complementação probatória ou diligências adicionais.

## **II – Fundamentação**

### **2.1 – Natureza e alcance do julgamento**

O julgamento das contas do Prefeito constitui controle externo de natureza político-administrativa, exercido pelo Legislativo, com apoio técnico do Tribunal de Contas.

Assim, o Parecer Prévio do TCE/MT, embora não vinculante em sentido absoluto, detém presunção de acerto técnico e somente pode ser rejeitado mediante **voto de dois terços** dos membros da Câmara Municipal (art. 293, RICM).



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA**

Desse modo, o parecer técnico da Corte de Contas constitui elemento fundamental e orientador do exercício do controle político-administrativo a cargo do Legislativo.

O prazo para julgamento em Plenário é de 90 dias, contados do recebimento do Parecer Prévio (art. 291, RICM), prazo este devidamente observado no presente procedimento.

**2.2 – Síntese das ressalvas e recomendações apontadas pelo TCE/MT**

A análise realizada pelo TCE/MT reconheceu a conformidade essencial da gestão orçamentária, financeira e fiscal, mas registrou situações que demandam correções administrativas.

Em seu voto e deliberação, a Corte recomendou ao Chefe do Poder Executivo a adoção de medidas voltadas ao aperfeiçoamento da execução contábil e previdenciária municipal, com os seguintes apontamentos específicos:

- a) Foi determinada a necessidade de adoção de providências voltadas à conferência periódica dos lançamentos contábeis das transferências da União e do Estado, a fim de evitar registros incorretos dessas transferências constitucionais, evidenciando falhas de consistência informacional que não afetaram a lisura global das contas, mas exigem saneamento para os exercícios subsequentes.
- b) Igualmente foi recomendada a realização das medidas necessárias à autorização do convênio de adesão que assegure a vigência do Regime de Previdência Complementar, nos termos do §1º do art. 3º da legislação pertinente, tendo em vista que tal implementação não se encontrava concluída até o encerramento do exercício analisado.
- c) A Corte ainda ressaltou a existência de déficit atuarial no Regime Próprio de Previdência Social, conforme Relatório Final do Ministério da Previdência Social, o qual demonstra que as receitas atuais e futuras são insuficientes para fazer frente às obrigações previdenciárias no longo prazo, demandando equacionamento mediante plano adequado de amortização.

O Parecer Prévio também apresenta outras recomendações administrativas atinentes à governança fiscal, à transparência pública e ao aprimoramento de políticas setoriais, que



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA**

deverão ser observadas pela Administração Municipal em respeito ao princípio da continuidade administrativa.

Tais ressalvas caracterizam deficiências administrativas de impacto controlável, sem afronta aos limites constitucionais essenciais (educação, saúde, pessoal e dívida), motivo pelo qual não comprometem a aprovação das contas, mas impõem monitoramento e ações corretivas pela administração municipal.

Não havendo, portanto, comprovação de dano ao erário, má-fé, dolo, ocultação de dados ou descumprimento de parâmetros legais fundamentais, inexistem fundamentos robustos para afastar o Parecer Prévio emitido pelo TCE/MT.

### **III – Conclusão**

Ante a regularidade do procedimento, a conclusão técnica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e as ressalvas documentadas que não comprometem a hígidez das Contas de Governo do exercício de 2024, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização **manifesta-se pela aprovação das contas apresentadas pelo Prefeito Municipal Gustavo de Melo Anicézio**, com a expressa manutenção das ressalvas e recomendações constantes do Parecer Prévio nº 69/2025 – PP, a serem implementadas pela atual gestão municipal.

Em conformidade com o art. 305 do Regimento Interno, segue separadamente o Projeto de Decreto Legislativo pertinente à apreciação em Plenário.